

EM DEFESA DA VIDA: CURRÍCULO E BIOPOLÍTICA

IN DEFENSE OF LIVE: CURRICULUM AND BIOPOLITIC

EM DEFESA DE LA VIDA: CURRÍCULO Y BIOPOLÍTICA

Rodrigo Pedrolo¹
Deniz Alcione Nicolay²

RESUMO

Michael Foucault nas obras *Em defesa da sociedade* (2010) e *Segurança, território, população* (2008) desenvolve compreensões sobre o significado do poder soberano e do biopoder, produzindo uma biopolítica. Tal condição, remete-nos a pensar sobre o currículo no ensino das Ciências da Natureza e suas Tecnologias (CNTs), através do Itinerário Formativo (IF) *saúde*, proposto no Referencial Curricular Gaúcho do Ensino Médio (RCGEM), no controle e regulamentação sobre a vida do aluno trabalhador. Ou seja, é a presença do poder proporcionando o fazer viver do aluno por meio do disciplinamento, o que provoca o pensamento do conhecimento pelo aluno. Essa ordenação é chamada por Foucault como biopolítica que visa o regulamento sobre a massa de corpos, denominada de população. Apesar de Foucault não intencional o conceito de arquivo, composto pelos enunciados, como meio metodológico, compreendê-lo-emos como ferramenta teórico-metodológica para a constituição do saber em estudo. Nesse sentido, a escola e o currículo no ensino das CNTs necessitam abrir espaço para maiores discussões das regulamentações existentes para a conservação da vida do aluno trabalhador. Assim dizendo, o currículo está em constante produção e concepção, evidenciando os enunciados formadores dos discursos em relação ao tema vida no trabalho na formação dos estudantes.

Palavras-chave: biopolítica, currículo; Foucault.

ABSTRACT

Michael Foucault in the works *In Defense of Society* (2010) and *Security, Territory, Population* (2008) develops understandings about the meaning of sovereign power and biopower, producing a biopolitics. This condition leads us to think about the curriculum in the teaching of Natural Sciences and its Technologies (CNTs), through the Formative Itinerário (IF) health, proposed in the Referencial Curricular Gaúcho do Ensino Médio (RCGEM), in the control and regulation over the life of the working student. That is, it is the presence of power providing the student's way of life through disciplining, which causes the student to think about knowledge. This ordering is called by Foucault as biopolitics that aims at regulating the mass of bodies, called population. Although Foucault does not intend the concept of archive, composed of statements, as a methodological means, we will understand it as a theoretical-methodological tool for the constitution of the knowledge under study. In this sense, the school and the curriculum in the teaching of CNTs need to make room for further discussions of existing regulations for the

¹ Mestre em Ensino de Ciências pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), rodrigopedrolo@yahoo.com.br, <https://orcid.org/0000-0002-5568-6631>.

² Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), deniznicolay@uffs.edu.br, <https://orcid.org/0000-0003-4218-3573>.



preservation of the working student's life. So saying, the curriculum is in constant production and conception, highlighting the statements that form the discourses in relation to the theme life at work in the students education.

Keywords: biopolitics; curriculum; Foucault.

RESUMEN

Michael Foucault en las obras *En defensa de la sociedad* (2010) y *Seguridad, territorio, población* (2008) desarrolla comprensiones sobre el significado del poder soberano y el biopoder, produciendo una biopolítica. Esta condición nos lleva a pensar en el currículo en la enseñanza de las Ciencias Naturales y sus Tecnologías (CNT), a través del Itinerario Formativo (IF) en salud, propuesto en el Referencial Curricular Gaucho do Ensino Médio (RCGEM), en el control y regulación de la vida del estudiante trabajador. Es decir, es la presencia del poder que proporciona el modo de vida del estudiante a través de la disciplina, lo que hace que el estudiante piense en el conocimiento. Este ordenamiento es denominado por Foucault biopolítica y tiene como objetivo regular la masa de cuerpos, llamada población. Si bien Foucault no entiende el concepto de archivo, compuesto de enunciados, como un medio metodológico, lo entenderemos como una herramienta teórico-metodológica para la constitución del conocimiento en estudio. En este sentido, la escuela y el currículo en la enseñanza de las CNT necesitan dejar espacio para mayores discusiones sobre las regulaciones existentes para la preservación de la vida del estudiante trabajador. Dicho esto, el currículo está en constante producción y concepción, destacando los enunciados que forman los discursos en relación al tema vida en acción en la educación de los estudiantes.

Palabras clave: biopolítica; plan de estudios; Foucault.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Michael Foucault (1926-1984), pensador e filósofo francês, marcante na teoria pós-crítica, descreve temas polêmicos e que nos fazem refletir sobre os poderes existentes sobre o indivíduo e a sociedade. Autor de diversas obras, tornou-se referência nos estudos atuais, por pensar a episteme sobre os poderes, seja no sentido disciplinar ou regulamentar e que impactam na vida. Este último é denominado de biopoder, agindo por meio da biopolítica, que apresenta as formas de normatização do poder existente sobre a vida da população.

Primeiramente, necessitamos apresentar o que significa o biopoder. Para Foucault (2010, p. 213), biopoder refere-se ao “[...] poder de assegurar a vida [...]”, visando fazer a vida proliferar. Também, “[...] biopoder refere-se a uma técnica de poder que busca criar um estado de vida em determinada população para produzir corpos economicamente ativos e politicamente dóceis.” (BERTOLINI, 2018, p. 87). Esse biopoder, impacta tanto nas questões disciplinares dos indivíduos como regulamentares sobre a massa de corpos, chamada de população. Nesse sentido,

[...] Foucault recusa-se a pensar o poder enquanto coisa ou substância, as quais seriam possuídas por uns e extorquidas de outros. O poder opera de modo difuso, capilar, espalhando-se por uma rede social que inclui instituições diversas como a família, a escola, o hospital, a clínica. (FURTADO; CAMILO, 2016, p. 35).

Isso nos remete a associarmos o biopoder, em épocas sobre os indivíduos e em períodos sobre a população, procurando disciplinar, doutrinar, como também, conduzir, normatizar, regimentar e regulamentar suas vidas, sendo que pode estar em todos os lugares, inclusive na escola. No que se refere ao poder sobre a população, Foucault conceitua-o como biopolítica.

Traçando a conjuntura do biopoder, no espaço curricular, percebemos que “a escola [...] é uma instituição disciplinar surgida na modernidade.” (CERVI; GERMANO, 2015, p. 97). Desse modo, considerando o pensamento foucaultiano, ela pode instaurar um poder de sujeição pela biopolítica.

Quer dizer, a “biopolítica vai se dirigir, em suma, aos acontecimentos aleatórios que ocorrem numa população considerada em sua duração.” (FOUCAULT, 2010, p. 207). Nessa direção, a biopolítica é aplicada na população por meio de formas e meios regulamentares. E a escola comporta as intervenções da biopolítica foucaultiana através do IF *saúde*, proposto no RCGEM, pertencente à área das CNTs.

Igualmente, Foucault (2008b) pensa o biopoder como um mecanismo de poder. Para ele, não importa o que seja a teoria geral do significado do poder, mas sim a análise “[...] de saber por onde isso passa, como se passa, entre quem e quem, entre que ponto e que ponto, segundo quais procedimentos e com quais efeitos.” (FOUCAULT, 2008b, p. 3-4). Dessa forma, possamos pensar no envolvimento do poder do currículo no ensino das CNTs em refletir meios para a preservação da vida do aluno trabalhador. É a rede de movimento influenciada pela biopolítica que procurará regulamentar alternativas de promoção da vida do discente trabalhador.

Nessa conjuntura, no Brasil, ainda identificamos a ocorrência do adoecimento dos trabalhadores em virtude de suas funções laborais. O descaso e a falta de informação, nesse campo da ciência, acarretam prejuízos à saúde dessa população. Nesse sentido,

O conhecimento da contribuição das doenças relacionadas ao trabalho para o total dos afastamentos por problemas de saúde geral e ocupacional, bem como a sua distribuição entre os diversos ramos de atividades econômicas e os respectivos diagnósticos mais comuns,

pode subsidiar decisões voltadas para a adoção de medidas de prevenção, além de ajudar na discussão pública sobre o impacto destes agravos [...]. (SOUZA et al., 2008, p. 632).

Dentro dos desafios encontrados, destacamos a gestão biopolítica em questões que possam prejudicar a vida do aluno trabalhador e, mesmo que indiretamente, sensibilizam-nos para a proteção laboral e nada mais relevante do que a escola, através de seu currículo, transformar e melhorar o mundo.

Através desses apontamentos, procuraremos associar os discursos sobre o biopoder, que leva ao desenvolvimento da biopolítica, presentes nos livros de Foucault *Em defesa da sociedade* (2010) e *Segurança, território, população* (2008b) que podem influenciar o pensamento do currículo no ensino das CNTs por meio do IF *saúde*, proposto no RCGEM, sobre a gestão e cuidado da vida do aluno trabalhador. E quando falamos em currículo, pensamos como “[...] artefato escolar indissociável da episteme da ordem e representação e, também, como um poderoso dispositivo educacional a serviço da temporalidade e da espacialidade modernas.” (VEIGA-NETO, 2012, p. 198). Vale destacar que “[...] o currículo molda as formas como pensamos, sentimos, nos comunicamos [...]” (SANTOS; CERVI, 2017, p. 2). São as novas formas possíveis do currículo ver o mundo e dele proporcionar significação aos alunos.

PROCEDIMENTO DA PESQUISA

Na obra *A arqueologia do saber* (2008a), Foucault reconhece que o conhecimento se revela pelos enunciados, e estas unidades elementares do discurso formam o nosso conhecimento. Então, neste trabalho, procuramos associar os discursos, formados pelos enunciados, ao campo educacional do currículo no ensino das CNTs pelo IF *saúde*, proposto no RCGEM, com o auxílio da biopolítica foucaultiana através do conceito de arquivo.

Para fortalecermos o entendimento do estudo do discurso e o que ele representa, Gomes (2018, p. 23) descreve o significado do enunciado, como:

o enunciado tem uma função enunciativa que permite que os signos e as regras se atualizem; deve-se tratá-lo na descontinuidade de que os liberta em todas as formas e no campo geral do discurso. Descrever enunciado é fixar vocabulários, definir as condições em que se realiza a função que deu uma série de signos, entender que ele não é oculto, mas também não é invisível.

Também, para Rigo (2017, p. 53): “os enunciados não são simples proposições ou falas, mas expressão de uma verdade que passa a ser transmitida sob diversas formas, e quando se manifesta não representa a voz de um indivíduo, mas como aquela que provém de muitos.” Ou seja, é a formação do pensamento e do conhecimento pelas condições e possibilidades proporcionadas pelos enunciados. E esses enunciados formadores dos discursos buscam realizar uma arqueologia de um determinado saber. Além disso, Foucault (2008a, p. 146) relata que “são todos esses sistemas de enunciados [...] que proponho chamar de arquivo.” E para o autor, a descrição do arquivo pode desenvolver novas possibilidades por meio dos discursos.

Para Foucault (1996, p. 169), o arquivo é o sistema que transforma enunciados discursivos em acontecimentos e em coisas. Para Simioni (2016, p. 178),

não se trata, portanto, de arquivo no sentido apenas de registro histórico, de soma de textos guardados para a posteridade. Também não se trata apenas de instituições de guarda e conservação de memórias. O arquivo é um sistema de discursividade que estabelece uma conexão de certos discursos com outros certos discursos [...].

Destarte, esse trabalho foi elaborado a partir das compreensões de Michael Foucault nos livros *Em defesa da sociedade* (2010) e *Segurança, território, população* (2008b). Nesse sentido, o intuito é procurarmos compreender o biopoder, por meio da biopolítica, aproximando a vida do aluno trabalhador no campo do currículo no ensino das CNTs, através do pensamento do IF *saúde*, proposto no RCGEM, formando assim, o arquivo.

Ademais, apesar de Foucault não reconhecer os discursos formados pelos enunciados e, conseqüentemente, o arquivo como meio metodológico, compreenderemos como ferramenta teórico-metodológica para a constituição das reflexões em estudo.

PERCURSO DISCURSIVO

Na obra *Em defesa da Sociedade* (2010), Foucault analisa que um dos fenômenos existentes no passado foi a assunção da vida pelo poder, o poder sobre o homem no aspecto de ser vivo, uma espécie de privação do biológico, isto é, o controle sobre o corpo. Vale destacar que na teoria clássica da soberania, como visto em seu livro, o direito de vida e de morte era um de seus atributos fundamentais. Com isso, refletimos



que se o “[...] soberano tem direito de vida e de morte significa, no fundo, que ele pode fazer morrer e deixar viver.” (FOUCAULT, 2010, p. 202). É o poder do soberano sobre o indivíduo e a disciplina imposta sobre o controle de sua vida. Também, Foucault (2010, p. 202) descreve que:

[...] em relação ao poder, o súdito não é, de pleno direito, nem vivo nem morto. Ele é, do ponto de vista da vida e da morte, neutro, e é simplesmente por causa do soberano que o súdito tem direito de estar vivo ou tem direito, eventualmente, de estar morto.

Nesse discurso da historicidade, percebemos o poder imposto pelo soberano em dominar a existência da vida e da morte de seus súditos e dessa maneira a episteme envolvida era a rede de poder aplicada pelo disciplinamento do indivíduo.

No transcorrer de sua obra, Foucault (2010) assinala que as transformações do direito político do século XIX completou o velho direito de soberania (fazer morrer ou deixar viver), com um outro direito, que não vai deletar o anterior, “[...] mas vai penetrá-lo, perpassá-lo, modificá-lo e que vai ser um direito, ou melhor, um poder exatamente inverso: poder de fazer viver e de deixar morrer.” (FOUCAULT, 2010, p. 202). Isso significa que a existência do poder transpõe na vida dos indivíduos, porém de uma forma que não visa como punição o estado da vida, mas sim o poder em proporcionar mecanismos para a manutenção dela.

Assim dizendo, compreendemos que, inicialmente, o direito do soberano era de fazer morrer ou de deixar viver. Para isso, “[...] nos séculos XVII e XVIII, viram-se aparecer técnicas de poder que eram essencialmente centradas no corpo, no corpo individual [...] por meio de separação, seu alinhamento, sua colocação em série e em vigilância [...]” (FOUCAULT, 2010, p. 203), como também a existência da chamada tecnologia disciplinar do trabalho. Com o passar do século, um novo direito se insere: o direito de fazer viver e de deixar morrer, aparecendo já na segunda metade do século XVIII. Ambos, apesar de não excludentes, possuem o poder disciplinar com finalidade diversa, pois esse novo poder “[...] é de outro nível, está noutra escala, tem outra superfície de suporte e é auxiliada por instrumentos totalmente diferentes.” (FOUCAULT, 2010, p. 204). Para Foucault (2010), ele visa não ao homem-corpo, mas sim ao homem ser vivo no sentido de sua espécie, da multiplicidade dos homens por processos existenciais da vida. E por meio desse biopoder, envolvido na regulamentação da população, é que nasce a biopolítica. Talvez possamos nos questionar sobre a episteme discursiva no entrelaçamento dos poderes, sua complementação e



transformação para que o objetivo não seja como punição a morte do indivíduo, mas sim proporcionando condições para a manutenção da vida dos sujeitos. O foco muda, mas o poder permanece existente.

E nesse biopoder, instalado pela biopolítica, por meio do direito de fazer viver que procuraremos compreender, no currículo no ensino das CNTs, através do IF *saúde*, proposto no RCGEM, quer seja sua significação, quer sejam os meios para satisfazer a gestão e promoção da vida do aluno trabalhador.

A BIOPOLÍTICA NO CURRÍCULO NO ENSINO DAS CNTS

Por meio dos enunciados sobre o poder existente desde o século XVII, a biopolítica, proposta por Foucault (2010) no decorrer do século XVIII, é desenvolvida através de processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade, sendo os principais focos para o controle da biopolítica. Equitativamente, por se tratar de regulamentação sobre a população, percebemos que nesse poder há necessidade de controle pela “[...] forma, a natureza, a extensão, a intensidade das doenças reinantes numa população.” (FOUCAULT, 2010, p. 205). É a doença que impacta sobre os cidadãos, enfraquecendo a vida. E para controlá-la, nasce a biopolítica aplicada por meio da disciplina e regulamentação.

E para Foucault (2010), a biopolítica vai lidar com os problemas da população, sejam eles políticos ou científicos. Nesse sentido,

[...] o conceito de biopoder, ou biopolítica [...] introduz a noção de população – “massa global afetada por processos de conjunto que são próprios da vida” [...] e retifica a hipótese de uma sociedade disciplinar generalizada, mostrando como as técnicas se articulam aos dispositivos de regulação. (FOUCAULT, 2008b, p. 514).

Além disso, a biopolítica é conceituada por Foucault (2010) como uma tecnologia do poder que apresenta funções diferentes das consideradas disciplinares pelo poder soberano. Para ele vai ser necessário diminuir a morbidade, prolongar a vida e aguçar a natalidade.

Isso representa a existência de mecanismos reguladores para fixar uma harmonia no estado de vida da população, realizar um equilíbrio sobre a manutenção da sua existência, ou como chamado por Foucault (2010), de mecanismos de previdência, assegurando ao homem-espécie uma regulamentação, fazendo-os viver.



De igual natureza “quando a vida adquire existência política torna-se necessário governá-la. É preciso que a vida humana [...] adote determinados comportamentos e abdique de outros.” (CERVI; SANTOS, 2019, p. 184). É por meio da biopolítica foucaultiana que haverá o regimento das situações que impactam na qualidade de vida da população e nos meios necessários para sua gestão.

Nesse sentido, Foucault (2010, p. 205) reflete sobre a doença como fenômeno da população:

[...] são esses fenômenos que se começa a levar em conta no final do século XVIII e que trazem a introdução de uma medicina que vai ter, agora, a função maior da higiene pública, com organismos de coordenação dos tratamentos médicos, de centralização de informações, de normalização do saber e que adquire também o aspecto de campanha de aprendizado da higiene e de medicalização da população.

Podemos associar o controle sanitário sobre o estado da vida da população, pela imunização e pelo uso de medicamentos para a manutenção da sua saúde e, conseqüentemente, para a preservação da vida.

E para Foucault (2008b), quando tratamos sobre a população, percebe-se ser essa a meta final do governo. Para ele, o objetivo de governar é “[...] melhorar a sorte das populações, aumentar suas riquezas, sua duração de vida, sua saúde.” (FOUCAULT, 2008b, p. 140). Para o autor, a população é o fim e o instrumento de um governo podendo agir de forma direta ou indireta.

Cabe salientar ainda que, para Foucault (2008b, p. 164), “[...] nunca se governa um Estado, nunca se governa um território, nunca se governa uma estrutura política. Quem é governado são sempre pessoas, são homens, são indivíduos ou coletividade.” Ou seja, a governamentalidade pode se dar no governo de uns sobre os outros. Para Rigo (2017, p. 52), “a governamentalidade é um conceito que ajuda a identificar as relações entre o governo de Estado sobre os indivíduos e população, e o governo do sujeito sobre si mesmo.” Por meio desses discursos é que percebemos o entendimento do que Foucault conceitua como governamentalidade. Ela age sobre a população através da extensão do poder. É o caminho percorrido e alcançado pelo poder empregado sobre os indivíduos.

Nessa direção, será que a escola, através do seu currículo, é o local onde o Estado opera sobre a população, seja nas formas e maneiras regulamentares de aprendizagem como no poder e condutas do currículo? Nele, os alunos são disciplinados e controlados

para que produzam saberes necessários para o avanço na vida, como também são produzidos a partir de saberes e poderes. Não obstante,

O governo biopolítico precisa conhecer, organizar e controlar a vida, para que ela seja útil aos seus interesses. A produção de saberes é imprescindível ao exercício do biopoder. Isso porque somente pelos saberes é que o poder se exerce positivamente. No esforço de criar sujeitos governáveis usando técnicas de controle, normalização, moldagem das condutas das pessoas, temos na governamentalidade neoliberal a utilização da educação como elemento estratégico para sua legitimação: constituição de indivíduos sujeitados pela formação de seu capital humano, um sujeito competente, hábil e flexível. (CARVALHO; SILVA, 2017, p. 492).

As técnicas de poder envolvidas pelas tecnologias de controle da população apresentam seus efeitos sobre o aluno que trabalha. As questões que abarcam a proteção no trabalho se manifestam pela biopolítica normatizada. Esse tipo de biopoder trata de prevenir tudo o que possa prejudicar a vida do trabalhador, o que para Foucault deriva da higiene no trabalho e controle sobre as doenças.

Por mais que percebamos a formação de sujeitos dóceis pela ação da disciplina, remetemos ao currículo no ensino das CNTs pelo IF *saúde*, proposto no RCGEM, em pensar a biopolítica sobre a vida do aluno trabalhador por compor a população escolar. Esse currículo, influenciado pelos mecanismos de poder, governa nossos discentes através de dispositivos de segurança, bem como operando biopoliticamente. Além disso, esse currículo necessita agir considerando as vivências e realidades dos discentes, sejam em sua comunidade, família e escola e que possa proporcionar meios regulamentares para a manutenção e preservação da qualidade de vida. Também, acreditamos que as práticas discursivas formadas pelo currículo necessitam considerar o empenho de todos os atores envolvidos no processo de melhoria das condições de vida desse aluno trabalhador. Ou seja, os alunos como parte da população que forma a escola e o currículo, e “é a partir da constituição da população como correlato das técnicas de poder que pudemos ver abrir-se toda uma série de domínios de objetos para saberes possíveis.” (FOUCAULT, 2008b, p. 103). Aliás, tanto o ambiente escolar como o currículo resultam na produção de subjetividades e, conseqüentemente, novas possibilidades de conhecimentos.

Se pensarmos o problemas sanitários que estamos enfrentando desde março de 2020, devido ao período de pandemia instalado no Brasil e no mundo, em função do alastramento da doença Covid-19, sentimos a essência do conceito da biopolítica



foucaultiana como prática de higiene e distanciamento social. Constatamos que as aulas presenciais foram suspensas, currículos e professores necessitando reformulações para alcançarem o maior número de alunos, em meio a tantas dificuldades existentes - a falta de tecnologia, falta de acesso à tecnologia, principalmente. Vale destacar a existência da ascensão dos agravos psicológicos a professores e alunos pela ruptura bruta, causada pelo vírus.

Em meados do ano 2021, identificamos o retorno dos alunos à escola, repletos de medidas sanitárias, entre elas: máscaras, álcool gel 70% e distanciamento social. Essa constatação de regras e cuidados necessários para o convívio escolar podemos associar ao conceito de biopolítica sobre a tentativa da manutenção da existência sadia da vida do aluno, professor e da escola. São os mecanismos de segurança procurando regimentar a manutenção da vida, como descrito por Foucault (2010), o “fazer viver”.

Foucault (2008b, p. 435), quando trata sobre as necessidades da vida, diz: “[...] não basta haver homens, é necessário também que eles possam viver.” Ou seja, para proporcionarmos a promoção da vida, percebemos a regulamentação de diretrizes sanitárias para que se mantenha a probabilidade mínima de contaminação do vírus – e isso é um artifício da biopolítica.

Nesse sentido, a proposta do RCGEM (2021) desenvolve os IFs por eixos de formação. O IF *saúde*, proposto na área das CNTs, é o espaço para o estudo do currículo, envolvendo a temática saúde em vários aspectos. Aqui, argumentamos sobre o olhar da gestão da vida do aluno trabalhador em prevenir o seu adoecimento. Esse currículo impulsionado pela rede de poder realiza o controle e, conseqüentemente, a regulação do estado da vida do aluno trabalhador. Ou seja, o currículo abrange além dos procedimentos planejados, “[...] tudo aquilo que é vivido, sentido, praticado e que se coloca na forma de documentos escritos, conversações, ações e sentimentos vividos pelos praticantes do cotidiano [...]” (CARVALHO; SILVA, 2017, p. 489), principalmente.

Partindo da análise do que possa corroborar para o IF *saúde*, percebemos no RCGEM (2021), componentes curriculares, dentre outros, voltados para o cuidado com a vida do aluno trabalhador, como: funcionamento da máquina humana, saúde e práticas preventivas, nutrição e prevenção de doenças e biotecnologias. Como exemplo, no componente curricular nutrição e prevenção de doenças, há objetos do conhecimento sobre o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), segurança no trabalho e manutenção da qualidade de vida, sendo que esses objetos compõem o IF *saúde*.

Nessa conjuntura, será que percebemos a existência da biopolítica no currículo no ensino das CNTs através do IF *saúde* e no que impacta para a gestão e promoção da vida do aluno trabalhador? Nesse caminho, entendemos que os discentes são doutrinados e governados por esse currículo por meio dos objetos do conhecimento citados. Ele provoca a regulamentação para o caminho das condições satisfatórias para a manutenção da vida no trabalho, sendo que os dispositivos de segurança agem para alcançar essa necessidade, sendo influenciados pelo poder. Assim, provocam a construção do conhecimento, aumentando o controle e a gestão da vida no trabalho, o que satisfaz os artifícios da biopolítica.

Nosso objetivo, neste trabalho, não é encontrar respostas concretas e engessadas. É problematizar, instigar o movimento do pensamento e da reflexão para possíveis respostas através dos enunciados que esse currículo nos proporciona.

Assim, para que nosso aluno trabalhador consiga prevenir e proteger sua vida no trabalho, percebemos a aplicabilidade da biopolítica. São todas as regras e normatizações existentes no nosso país capazes de gerar o controle sobre a forma segura da vida no trabalho. E como mecanismo de segurança, podemos associar na atualidade as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho necessárias para o regimento desses mecanismos de proteção e promoção da vida laboral.

Outrossim, com base na necessidade da proteção da saúde e integridade física no trabalho, compreendemos que o signo trabalho necessita representar ao homem o bem-estar e a autorrealização. E como ele possui relação de destaque em nossas vidas pode gerar o adoecimento, no aspecto físico ou mental, se não houver os cuidados e proteção. Devido a esses fatores determinantes que, no Brasil, existe a Vigilância em Saúde do Trabalhador, sendo suas ações determinadas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. No ano de 1978, através da Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978, foram aprovadas as Normas Regulamentadoras (NR) do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.

Essa combinação de regras necessita, também, ser trabalhada no IF *saúde* proposta no RCGEM, sendo que representam o mecanismo do conceito de biopolítica sobre a tentativa da gestão e manutenção da existência sadia da vida do aluno trabalhador. Melhor dizendo, para que consigamos alcançar êxito no estado da vida do aluno trabalhador, percebemos o poder da aplicabilidade de regras disciplinares e de



normatizações que impactam para a manutenção dessas qualidades, podendo o IF *saúde* ser responsável pelo pensamento dos saberes que influenciam e significam na proteção do aluno trabalhador.

Não obstante, o currículo no ensino das CNTs possui relevância na compreensão da biopolítica. Esse currículo como fonte de saber-poder necessita problematizar temas da atualidade, como o coronavírus e a gestão da segurança no trabalho, apesar de muito necessitarmos compreender e conhecer sobre esse comportamento. É por meio do poder desse currículo que a militância pelo desenvolvimento do conhecimento nunca cessará, principalmente pelos cuidados necessários através da biopolítica foucaultiana.

E quando falamos em poder, para Foucault, ele “[...] é pensado como relação, ele raramente usa a palavra poder, mas a expressão – relações de poder [...]” (SANTOS, 2016, p. 262). Logo, pensamos na relação de poder que o currículo do IF *saúde* exerce sobre os alunos, procurando governamentalizá-los para o convívio harmônico e seguro, bem como controlando os problemas compreendidos no trabalho, satisfazendo o conceito foucaultiano de biopolítica.

Assim dizendo, “a escola é uma instituição inventada para facilitar a condução das populações dentro de uma determinada cosmovisão.” (CERVI; SANTOS, 2019, p. 185). É na escola que os alunos são instigados a enxergarem o mundo, por isso que os mecanismos do currículo no ensino das CNTs, por meio do IF *saúde*, necessitam propagar nos discentes a percepção das possíveis formas para a promoção de suas vidas.

Da mesma forma, Foucault, em seu livro *Segurança, território, população* (2008b), reflete que “o conjunto das medidas legislativas, dos decretos, dos regulamentos, das circulares [...] permitem implantar os mecanismos de segurança.” (FOUCAULT, 2008b, p. 11). Nessa conjuntura, o autor compreende que, para a existência da segurança, há necessidade da existência dessas medidas de vigilância aos indivíduos. Essa tecnologia de segurança “[...] tem por função modificar em algo o destino biológico da espécie.” (FOUCAULT, 2008b, p. 15). O autor retrata que tais dispositivos de segurança são centrífugos, não remetendo ao sistema disciplinar do que possa ser vedado ou obrigatório, mas sim como os instrumentos se produzem, podendo ser desejados ou não.

Por conseguinte, se projetamos a promoção da vida do aluno, se buscamos instigar mecanismos de segurança sobre sua vida no ambiente de trabalho, o currículo no ensino das CNTs, através do conceito de biopolítica, necessita propagar a normação e o regimento dos saberes necessários para alcançar esse fim. É claro que o

envolvimento e a participação da comunidade escolar, a criação de políticas públicas que lutem por uma vida digna e saudável, bem como ambientes preventivos sobre a qualidade da vida no trabalho favorecerão no pensamento desse currículo sob o olhar do cuidado da vida do discente.

Nesse sentido, no que tange à biopolítica e a escola:

[...] a instituição escolar é orientada por uma função de normação, ou seja, definição das normas, responsável pela normalização disciplinar dos alunos, dos professores e das relações família-escola-sociedade. E por conta disso essa instituição é pensada como constituinte de uma normalização reguladora, reforçando sua implicação biopolítica, por intermédio de dispositivos de segurança [...]. (GADELHA, 2009 apud CERVI; GERMANO, 2015, p. 102).

O campo da biopolítica perpassa em todos os sentidos da existência da população, inclusive na escola. Somos regulamentados por esse biopoder a todo instante e regradados para a tentativa de uma convivência harmônica na sociedade. São os problemas das cidades que impactam na vida dos seres humanos. E nada mais promissor do que a escola, por meio de seu currículo, ser o elo para a construção dos saberes que favorecem o cuidado da vida com o auxílio da biopolítica. Para isso, torna-se fundamental promover campanhas de vacinação, alimentação saudável, malefícios do tabagismo, realização de atividades físicas e cuidados com riscos laborais, considerando as vivências dos discentes. É o regimento do poder presente nos dispositivos de segurança e traçados pelo currículo que favorecerão o cuidado com a vida do aluno trabalhador.

Dessa maneira, será que o currículo no ensino das CNTs pelo IF *saúde*, proposto no RCGEM, consegue fazer esse movimento e causar tamanha percepção nos alunos? Destacamos que o currículo nos subjetiva (alunos e professores), mas ele não somente age sobre os sujeitos; os sujeitos também agem sobre ele, constituindo-o. Assim, o currículo do ensino das CNTs, por meio do IF *saúde*, conduz os discentes ao processo da subjetivação do pensamento, tornando-os protagonistas de sua vida.

Da mesma forma, na perspectiva foucaultiana “[...] a saúde é efetivamente uma das condições necessárias para que os homens numerosos, [...] possam trabalhar, exercer atividades, ocupar-se.” (FOUCAULT, 2008b, p. 435-436). Então, o papel do currículo no ensino das CNTs é projetar o pensamento dessas regulamentações influenciado pelo poder que tais dispositivos perpassam à saúde e à vida dos alunos. Assim dizendo, o



poder regulamentar, o biopoder, mediante a biopolítica procura governar a população, por meio do fazer viver.

Nessa conjuntura, a trama dos discursos que se articulam e conversam entre si, provocam a episteme entre poderes propostos por Foucault e que associamos ao ambiente escolar e, por conseguinte, ao currículo no ensino das CNTs através do IF *saúde* proposto no RCGEM.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das análises dos livros de Michel Foucault, *Em defesa da sociedade* (2010) e *Segurança, território, população* (2008b), percebemos a eminência do poder sobre o indivíduo e a sociedade, e como ele pode influenciar no estado da vida da população.

Pela historicidade, o poder soberano, considerado por Foucault (2010) como absoluto, dramático e sombrio, carregava o poder de deixar viver o indivíduo-corpo. Era uma técnica disciplinar, centrada no corpo, no indivíduo. Após, surge uma nova tecnologia de biopoder, voltada sobre a população, homem-espécie, homem enquanto ser vivo em poder fazer viver. É o equilíbrio da massa global, almejando a segurança referente aos perigos existentes. Ou seja, a soberania se incumbia em fazer morrer e deixava viver. Já o biopoder, por meio da biopolítica, possui o viés contrário, em fazer viver e em deixar morrer.

Percebemos na era biopolítica a transformação das tecnologias de poder, procurando encompridar a vida através dos esforços regulamentadores, intervindo “[...] para fazer viver, e na maneira de viver, e no como da vida, a partir do momento em que, portanto, o poder intervém, sobretudo nesse nível para aumentar a vida, controlar seus acidentes, suas eventualidades, suas deficiências [...]” (FOUCAULT, 2010, p. 208). E por meio da ordenação existente, Foucault (2008b) analisa que estamos em um mundo onde os regulamentos podem ser indefinidos e permanentes ao mesmo tempo, regulamentos que são renovados constantemente, detalhados e móveis. Toda essa rede de movimento influencia nas formas e meios para a gestão e promoção da qualidade de vida da população, movida pelo exercício do poder, sendo que estão presentes, também, nas escolas e, conseqüentemente, nos seus currículos.

Ademais, Foucault (2010) nos faz pensar que a morte como termo da vida é o limite e a extremidade do poder. Por isso, a biopolítica entra em cena, trazendo seu arsenal de dispositivos e prescrições para almejar vida longa à população.

Em vista disso, o currículo no ensino das CNTs por meio do IF *saúde*, proposto no RCGEM, é o espaço para a discussão da biopolítica proposta por Foucault para que possamos almejar a vida sadia ao aluno trabalhador. Percebemos que a biopolítica, aplicada pelos dispositivos de segurança, proporciona a coexistência da vida da população, pois, segundo Foucault (2008b), vivemos em sociedade, necessitamos de alimentos, ar para respirar, viver, subsistir para, conseqüentemente, trabalharmos e gerarmos as vivências nos espaços urbanos.

Nesse universo de associações, ou melhor dizendo, da ideia do novo biopoder, através da biopolítica no currículo no ensino das CNTs, os conceitos referentes ao currículo e ao conhecimento no pensamento foucaultiano caminham para a relação da prática discursiva de poder. E por Foucault ser um autor que quebra com as estruturas engessadas, nessa lógica, para a teoria pós-crítica “[...] o currículo é uma questão de saber, identidade e poder.” (SILVA, 2005, p. 147). Ele é livre de restrições tradicionais para a formação dos conhecimentos, sendo que a escola e o currículo no ensino das CNTs necessitam abrir espaço para maiores discussões das regulamentações existentes para a conservação da vida do aluno trabalhador, como também, os alunos necessitam conduzir a si mesmos, traçando mecanismos de segurança para o cuidado de sua vida.

Precisamos envolver todas as questões inerentes ao ser humano e no que elas corroboram para a produção da sua aprendizagem. Assim dizendo, o currículo está em constante produção e concepção, evidenciando os enunciados formadores dos discursos e a relação do tema vida no cotidiano dos estudantes.

REFERÊNCIAS

BERTOLINI, J. O conceito de biopoder em Foucault: Apontamentos bibliográficos. **Revista Interdisciplinas de Filosofia e Educação - Saberes**, Natal, v. 18, n. 3, p. 86-100, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/15937>. Acesso em: 09 out. 2021.

CARVALHO, J. M.; SILVA, S. K. da. A base nacional comum curricular e a produção biopolítica da educação como formação de “capital humano”. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 15, n. 2, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/27679/23024>. Acesso em: 16 mar. 2022.



CERVI, G. M; GERMANO, A. P. Currículo, saúde e escola: tecnologia biopolíticas no livro didático de ciências. **Revista Contrapontos – Eletrônica**, Itajaí, v. 15, n. 1, 2015. Disponível em:
http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1984-71142015000100093&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17 out. 2021.

CERVI, G. M; SANTOS, A. P. A reforma do ensino médio brasileiro como estratégia biopolítica de governo. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 12, n. 1, p. 181-193, 2019. Disponível em:
<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rec/article/view/ufpb.1983-1579.2019v12n1.38748#:~:text=A%20reforma%20do%20ensino%20m%C3%A9dio%20brasileiro%20visa%20alinhar%20o%20curr%C3%ADculo,Palavras%2Dchave%3A%20Biopol%C3%ADtica>. Acesso em: 17 mar. 2022.

FURTADO, R. N; CAMILO, J. A. O. O conceito de biopoder no pensamento de Michael Foucault. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v. 16, n. 3, p. 34-44, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/4800/pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do conhecimento**. Paris: Gallimard, 1996.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fonte, 2010.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Editora Martins Fonte, 2008b.

GOMES, R. M. M. A arqueologia do saber: uma proposta metodológica para a análise do discurso em história. **Interfaces Científicas, Humanas e Sociais**, Aracaju, v. 6, n. 3, p. 19-26, 2018. Disponível em:
<https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/3181>. Acesso em: 09 mar. 2022.

RIGO, N. M. **Outras pedagogias, outras subjetividades: do dispositivo da inclusão escolar, um enunciado sobre as diferenças**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

RIO GRANDE DO SUL. **Referencial Curricular Gaúcho Novo Ensino Médio**. Versão de consulta pública do site do Referencial Gaúcho. Disponível em:
<http://curriculo.educacao.rs.gov.br/BaseCurricular>. Acesso em: 08 jan. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. **Resolução CEEed nº 361, de 20 de outubro de 2021**. Institui o Referencial Curricular Gaúcho para o Ensino Médio – RCGEM, etapa final da educação básica e suas modalidades, como referência obrigatória para elaboração dos currículos das instituições integrantes dos Sistemas Estadual e Municipais de Ensino do Rio Grande do Sul, nos termos do Parecer CEEed nº 003/2021. Disponível



em: <https://www.ceed.rs.gov.br/upload/arquivos/202110/21100842-resolucao-rcgem-0361-2021.pdf>. Acesso em: 12 set. 2022.

SILVA, T. T da. **Documentos de Identidade: Uma Introdução às Teorias de Currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2005.

SANTOS, A. I. dos; CERVI, G. M. Diferença em tempos de biopolítica: O currículo como máquina abstrata de rostidades. *In: II ENCONTRO DAS LICENCIATURAS DA REGIÃO SUL - Práticas de iniciação à docência na região sul*, 2017, São Leopoldo. **Resumos** [...]. Disponível em: <http://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/8037/6655-9623-1-DR.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 mar. 2022.

SANTOS, P. R. A concepção de poder em Michel Foucault. **Especiaria - Cadernos de Ciências Humanas**, v. 16, n. 28, p. 261-280, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/especiaria/issue/view/117>. Acesso em: 02 jul. 2022.

SIMIONI, R. L. Arquivo, história e memória: possibilidades de diálogo entre Luhmann e Foucault. **Lua nova**, São Paulo, v. 97, p. 173-190, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/dCjTfQ3FCL5tDGXb9TW8NPn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 set. 2022.

SOUZA, N. S. S; SANTANA, V. S; OLIVEIRA, P. R. A; BRANCO, A. B. Doenças do trabalho e benefícios previdenciários relacionados à saúde, Bahia, 2000. **Revista de Saúde Pública**, v. 42, n. 4, p. 630-638, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/rsp/2008.v42n4/630-638/pt>. Acesso em: 14 set. 2022.

VEIGA-NETO, A. A arte de viver e educação escolar: caminhos, conexões, impasses. *In: PAGNI, Pedro Ângelo; BUENO, Sinésio Ferraz; GELAMO, Rodrigo Pelloso (org.). Biopolítica, arte de viver e educação*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 195-214.

Submetido em: 28/08/2023

Aceito em: 23/03/2024